ENTRE O DISCURSO DA INCLUSÃO E A PRÁTICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA E DISCURSIVA DA NEURODIVERGÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gabriele Prates de Matos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-0421-817X
Endereço eletrônico: gabrieleprates02@gmail.com

Jeane Silva Lima
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7217-6222
Endereço eletrônico: profajeanelima@gmail.com

Jéssica Ferreira da Conceição Xavier
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-9395-0002
Endereço eletrônico: jessica.xavier@uesb.edu.br

Palavras-chave: neurodivergência; inclusão escolar; semiótica discursiva; formação docente; educação básica.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas públicas voltadas à educação inclusiva ampliaram o acesso de estudantes neurodivergentes às salas de aula regulares. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) defendem uma educação pautada na equidade, na valorização da diversidade e na garantia do direito à aprendizagem. Entretanto, a efetivação desses princípios ainda constitui um desafio, especialmente diante das demandas relacionadas à formação docente, às adaptações curriculares e às condições de acompanhamento dos estudantes neurodivergentes.

O termo neurodivergência refere-se às diferentes formas de funcionamento neurológico que se afastam do padrão considerado típico, abrangendo condições como o

Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia. Essas condições não devem ser compreendidas exclusivamente como déficits, mas como diferentes modos de perceber, processar e interagir com o mundo, exigindo práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes.

Para Mantoan (2015), a inclusão ultrapassa o acesso e a permanência na escola regular, envolvendo a participação efetiva nos processos de aprendizagem e nas relações estabelecidas no ambiente escolar. Nesse sentido, esta pesquisa questiona: como os discursos institucionais sobre a inclusão escolar são materializados nas práticas pedagógicas direcionadas aos estudantes neurodivergentes e quais sentidos são produzidos acerca da neurodivergência no contexto da educação básica?

Objetiva-se analisar esse fenômeno sob a perspectiva da Semiótica Discursiva, investigando as tensões entre os discursos institucionais da inclusão e as práticas observadas durante o estágio supervisionado. Desenvolvida por Greimas e ampliada por estudiosos como Barros e Fiorin, a Semiótica Discursiva compreende o sentido como resultado das relações estabelecidas no discurso, permitindo analisar valores, identidades e significações construídos nos textos e nas práticas sociais.

As observações foram realizadas durante o estágio supervisionado, em uma escola pública de educação básica, tendo como corpus os registros produzidos ao longo das atividades desenvolvidas na instituição. Foram contempladas situações relacionadas à inclusão de estudantes neurodivergentes e às práticas pedagógicas observadas em sala de aula, preservando-se a identidade da escola, da professora regente e dos estudantes.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e descritivo-interpretativa. O corpus é constituído por registros de observação produzidos durante o estágio supervisionado, contendo descrições das práticas pedagógicas, das interações entre professores e estudantes e das situações relacionadas à inclusão escolar. A análise fundamenta-se nos pressupostos da Semiótica Discursiva e considera também documentos oficiais, como a BNCC e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Os dados foram organizados em três eixos: discurso institucional da inclusão; inclusão como prática pedagógica; e sentidos produzidos sobre participação,

pertencimento e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidencia uma tensão entre os discursos institucionais da inclusão e sua materialização nas práticas pedagógicas. Embora os documentos oficiais defendam equidade, participação e valorização da diversidade, as situações observadas revelam desafios para concretizar esses princípios. Sob a perspectiva da Semiótica Discursiva, discursos e práticas produzem sentidos acerca da neurodivergência e posicionam os sujeitos nas relações estabelecidas no ambiente escolar (Barros, 2011; Fiorin, 2014).

Um dos aspectos observados foi a realização de atividades diferenciadas destinadas aos estudantes laudados. Segundo a professora regente, essas atividades eram encaminhadas previamente à escola por outros profissionais e não elaboradas diretamente por ela. Assim, os alunos realizavam propostas distintas das dos demais colegas, sem participação direta da docente na construção das adaptações curriculares. A situação dialoga com Mantoan (2015), pois a inclusão pressupõe participação efetiva nas experiências de aprendizagem. A realização paralela das adaptações evidencia, portanto, uma fragmentação do processo educativo e uma distância entre o discurso inclusivo e sua efetivação.

Também foram observadas diferentes formas de acompanhamento. Enquanto um estudante contava com apoio especializado, outro permanecia sem acompanhamento direto e frequentemente recusava atividades de leitura e escrita. Essa realidade demonstra que o acesso à escola não garante, por si só, a participação efetiva na aprendizagem. Conforme Tardif (2014), o trabalho docente mobiliza diferentes saberes para responder às necessidades dos estudantes, reforçando a importância da formação continuada e da articulação entre os profissionais envolvidos na educação inclusiva.

As observações indicaram ainda reduzidas interações entre estudantes neurodivergentes e os demais colegas. Para Bakhtin (2016), os sujeitos constituem-se nas relações dialógicas com o outro. Dessa forma, a limitação dessas interações pode produzir sentidos de isolamento e não pertencimento, afetando a participação nas práticas escolares. Os sentidos da inclusão, portanto, são construídos também nas interações cotidianas, podendo fortalecer ou fragilizar o reconhecimento do estudante como participante da comunidade escolar.

Os resultados corroboram Mantoan (2015) ao demonstrarem que a inclusão ultrapassa

a matrícula do estudante na escola regular. Os sentidos produzidos sobre a neurodivergência oscilam entre um discurso institucional comprometido com a equidade e práticas que ainda apresentam limitações para promover a participação efetiva dos estudantes. A construção de uma educação inclusiva depende, assim, da articulação entre formação docente, planejamento pedagógico e relações construídas no cotidiano escolar.

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam que a inclusão de estudantes neurodivergentes constitui um processo marcado por tensões entre os discursos institucionais e as práticas desenvolvidas na educação básica. Embora os documentos oficiais defendam equidade, participação e valorização da diversidade, sua concretização depende de condições pedagógicas, estruturais e formativas que nem sempre estão presentes na realidade escolar.

A análise semiótica permitiu compreender que a neurodivergência assume diferentes sentidos no ambiente educacional. As observações indicam que a inclusão não deve ser compreendida apenas como inserção física do estudante na sala de aula, mas como participação efetiva nos processos de aprendizagem, nas interações sociais e nas experiências coletivas promovidas pela escola.

Conclui-se que a construção de uma educação inclusiva exige investimentos na formação docente, na articulação entre os profissionais envolvidos e na elaboração de estratégias pedagógicas que favoreçam o pertencimento, a participação e o desenvolvimento dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica.** São Paulo:

Contexto, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

NÓVOA, António. **Professores:** imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.